

O Sindieletro somos nós

Na última sexta-feira, trabalhadores, sindicalistas, parlamentares e representantes da CUT Nacional realizaram um ato em frente à sede da Cemig contra a violência e a falta de diálogo da diretoria da empresa. Nunca, nenhuma diretoria da Cemig – nem mesmo nos

momentos de tensão em greves prolongadas – tratou o Sindieletro com repressão, agressão física e ameaça aos diretores.

Mais que condenar o uso da força, a motivação principal do ato foi a de denunciar como a Cemig vem, dia a dia, tentando enfraquecer a organização

dos trabalhadores para atingir nossos direitos.

Porque o alvo principal da empresa não é o sindicato, mas sim os direitos adquiridos pelos eletricitários ao longo dos anos e visto por alguns diretores e acionistas da empresa como “privilégios inexplicáveis”. É fundamental entender que a intenção da Cemig ao agredir diretores do sindicato é acabar com o maior direito dos trabalhadores: o direito de organização sindical.

Foi esse direito que garantiu a conquista de todos os outros: do tíquete refeição à Participação nos Resultados. Ele é tão fundamental que figura na Declaração Universal dos Direitos Humanos, porque é básico para a democracia.

Enfraquecer o Sindieletro é só o primeiro passo da atual diretoria da Cemig para minar a força dos eletricitários e, a partir daí, usar todo tipo de pressão para que os trabalhadores aceitem propostas que só beneficiam os acionistas da empresa.

Quanto menor a organiza-

ção, menores as conquistas e a Cemig sabe muito bem que o Sindieletro é o sindicato mais forte, mais estruturado, com maior influência política e representatividade entre os eletricitários. Sabe que para retirar qualquer direito dos trabalhadores vai ter que, primeiro, destruir o Sindieletro, porque esse é um sindicato que não se vende e não permite ser usado.

Desde o ano passado, a diretoria da empresa promove um boicote silencioso ao Sindieletro, não respondendo aos ofícios e limitando duramente o acesso dos dirigentes sindicais aos trabalhadores. Os outros sindicatos não têm sofrido limitação de acesso aos trabalhadores, têm diretores liberados (independente do número de filiados) e são atendidos prontamente pela Superintendência de RH como está acontecendo no caso do anuênio.

Ao discriminar o Sindieletro em relação aos demais sindicatos, negando qualquer diálogo, a Cemig prejudica 10 mil eletricitários associados ao sindicato e tenta vender para a

categoria a idéia de que o Sindieletro é quem não sabe dialogar. Foram enviados diversos ofícios solicitando reuniões do Comitê Permanente de Negociação que, conforme o ACT de 2004, é o espaço para o debate e a busca de solução para os assuntos de interesse dos trabalhadores.

Em todas as reuniões – inclusive com o presidente da Cemig, Djalma Moraes – o coordenador-geral do Sindieletro, Marcelo Correia, pediu o retorno do diálogo civilizado que sempre houve na empresa. Pois, nenhum desses ofícios teve resposta e, apesar dos problemas graves com o PCR, a Avaliação de Desempenho, a punição indiscriminada de trabalhadores em várias regiões do estado, o RH adotou a postura de ignorar as inúmeras tentativas de diálogo.

Para que a diretoria da Cemig mude a sua conduta e volte a respeitar o Sindieletro, os trabalhadores terão de se mobilizar movidos não apenas pelo sentimento de indignação, mas pela compreensão de que o Sindieletro somos todos nós.

QUEM SÃO ELES



Heleni Fonseca é a responsável pela relação trabalhista na Cemig. Não estava presente no dia do conflito por motivo de doença. Contudo, foi informada várias vezes dos abusos e da arrogância de Sérgio Augusto mas não tomou nenhuma atitude.



Sérgio Augusto é assessor da DGE e presidente do Comitê de Negociação Sindical. Responsável pelas negociações coletivas, não se reúne com o sindicato desde novembro. Foi quem deu a ordem para impedir a reunião a qualquer custo, segundo conselheiros da Forluz.



Coronel Cicero é o responsável pela Segurança Patrimonial e coordenador das investigações de desvio de conduta dos trabalhadores. Comandou a ação e agrediu verbal e fisicamente trabalhadores e dirigentes sindicais do Sindieletro.



Coronel Wilson é um dos subordinados do Coronel Cicero que, ao lado de outras pessoas estranhas e armadas, participaram da agressão física aos dirigentes sindicais. Os guardas patrimoniais uniformizados não participaram da repressão aos diretores do Sindieletro.



Ato na sede da Cemig reuniu trabalhadores e sindicalistas numa só voz: “respeitem o sindicato”

Direito de reuniões setoriais foi cassado após a greve de 2000

Apesar de se auto-intitular “transparente e respeitosa” com a organização sindical, atual diretoria da Cemig manteve a cassação das reuniões no local de trabalho

A ação truculenta da Cemig para impedir a reunião sobre a venda do anuênio poderia ser evitada se o direito de acesso dos dirigentes do Sindieletro para conversar com os trabalhadores não tivesse sido cassado como punição à greve da categoria em 2000.

Até então, havia um Extra Acordo que garantia reuniões setoriais mensais com duração de 45 minutos e marcadas com cinco dias de antecedência. Além disso, os dirigentes sindicais negociavam com as gerências locais reuniões com os trabalhadores nas áreas consideradas industriais, como as usinas e subestações. Enfim, a relação era de respeito.

Depois da greve, a perseguição à organização dos eletricitários tem sido constante. O coordenador-geral do Sindieletro, Marcelo Correia, lembra que nos últimos seis anos o sindicato fez inúmeras tentativas de negociar a retomada das reuniões setoriais.

Como forma de mostrar a disposição ao diálogo, o Sindieletro participou de dois Grupos de Trabalho (GT's) para discutir uma proposta para as reuniões setoriais, mas a direção da



GT teve o trabalho inviabilizado pela intransigência da Cemig

Cemig inviabilizou o acordo. Marcelo Borges, diretor de Formação e Comunicação, participou dos grupos e lembra que o acordo não se consolidou porque o RH da empresa insiste em limitar o acesso dos trabalhadores ao seu sindicato representativo.

“No segundo GT, achamos que avançamos no ponto sobre as reuniões setoriais. Faltava fazer alguns ajustes na redação, contudo, a Cemig, mais uma vez, não aceitou”, afirma. O impasse se deu nas reuniões em usinas e subestações.

Para chegar a um consenso,

sar para a proteção de seus interesses”. A Constituição Brasileira, em seu artigo oitavo, também regulamenta o tema da organização sindical. “Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais e administrativas”.

A CLT também prevê estes direitos. “Tudo isso é uma questão de cidadania e, na minha opinião, a Cemig tem adotado práticas anti-sindicais. Um exemplo claro foi o que aconteceu na sede, quando a empresa agiu com extrema violência contra os representantes do Sindieletro”, critica Rosângela Carvalho, advogada do sindicato.

“Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingres-

o Sindieletro sugeriu que as reuniões fossem feitas nos refeitórios ou em setores que não oferecem riscos à segurança. Nem assim a empresa aceitou. A negociação também foi tentada na DRT e em reuniões entre o presidente nacional da CUT, João Felício, diretores do Sindieletro e o presidente da Cemig.

Desrespeito

Marcelo Correia aponta que antes de 2000, mesmo em grandes mobilizações e maiores impasses com a Cemig, a diretoria da empresa nunca ameaçou retirar o direito de acesso às suas instalações. “Mas esta gestão, que se diz transparente e respeitosa com a organização sindical, preferiu manter a cassação desse que é um direito fundamental dos trabalhadores e considerado pela OIT como uma prática sindical democrática e respeitosa”, critica.

Segundo Marcelo Correia, as reuniões e a distribuição de jornais é permitida, inclusive, por empresas privadas, com comissões de fábricas e eleição de representantes dos trabalhadores nos locais de trabalho. “É uma prática que pode resolver as dificuldades nas relações de trabalho. Nossa intenção sempre foi a de melhorar o relacionamento e reduzir as dúvidas dos trabalhadores”, ressalta.

FALA TRABALHADOR

O que você achou da violência da Cemig contra os diretores do Sindieletro?

Fotos: Benedito Maia



Os acontecimentos do último dia 4 fizeram surgir uma dúvida: o que está acontecendo com a Cemig? Nunca na história da empresa aconteceu coisa igual. Mesmo nas greves de 1987 e 1988, quando a Companhia estava sob o comando do governador Newton Cardoso, que não tinha flexibilidade para negociações. Fiquei

estarecido ao ver companheiros, legitimamente eleitos serem impedidos de exercerem com toda pacificidade as suas funções de dirigentes sindicais. O pior é que eles foram insultados e agredidos por pessoas que não nos representam. Essa postura fere o princípio da liberdade, assegurado em nossa Constituição Federal. Vivendo em um Estado democrático, não há mais lugar para repressão e tão pouco para o cerceamento dos direitos humanos. A Cemig não poderia agir contra o seu maior patrimônio: os trabalhadores.

Argemiro Ferro Filho, Técnico de Obras Cíveis da Transmissão – ER – Sede



Nós, trabalhadores da Cemig, elegemos nossos representantes numa atitude que é praticada no mundo todo. Por isso, ficamos sem entender essa atitude antiquada e violenta da empresa. Nós vimos os diretores sindicais sendo agredidos, o que não deixou espaço para as conversas e negociações. Onde está a democracia e a transparência que a Cemig tanto prega? A

ação da companhia não precisava chegar a esse extremo porque o Sindieletro estava apenas esclarecendo detalhes sobre a venda do anuênio, que ainda desperta dúvidas em todos nós. Estou há 20 anos na Cemig e nunca vi isso acontecer. Acredito que a relação entre a empresa e o sindicato deveria ser democrática e aberta, mas a Cemig não tem jogado limpo com o sindicato, que tem lutado para manter a categoria cada vez mais unida.

Orcelino Gualberto de Magalhães, Técnico de Planejamento e Suprimentos Materiais – ER/SE – Sede



Esperamos que fatos como este não se repitam, pois o Sindieletro é o representante legal dos trabalhadores. Toda a categoria ficou apreensiva com tamanha violência, que foi lastimável. Nunca vi algo como isso acontecer na Cemig. Na verdade, a companhia não tem o direito de usar a força nas relações sindicais. Isso não deveria fazer parte da política da empresa.

O ato de violência foi completamente desnecessário, já que os diretores do Sindieletro estavam apenas conversando sobre o anuênio, num clima muito pacífico. A relação entre a Cemig e o sindicato deveria ser pautada pelo diálogo e pelo esclarecimento. Apesar de tudo, o Sindieletro deve continuar desenvolvendo o bom trabalho que sempre fez, o que tem fortalecido os trabalhadores.

Silvio Bianco, Técnico Industrial – SA 11 D1 – Sede

Cemig divulga detalhes sobre a compra do anuênio que confirmam o prejuízo

Cemig divulgou na última segunda-feira o cálculo que foi feito para chegar ao montante de anuênio a que o trabalhador tem direito a receber. Além do 1% de adicional por tempo de serviço, existem vários reflexos, conforme o sindicato havia alertado, como gratificações especial, férias, 1/3 de férias, Forluz, Seguro de Vida, FGTS, dentre outros.

Com isso, a indenização a ser paga supera 2% sobre o salário base ao ano. O Sindieletro está verificando os cálculos da empresa para saber se ainda existem outras parcelas não

consideradas. O documento divulgado pela Cemig também prorroga o prazo de adesão para o dia 19/05.

“O anuênio é uma conquista e só agora os trabalhadores percebem o peso que ele tem sobre a remuneração. A Cemig está apresentando um montante de dinheiro que, a primeira vista, pode impressionar. Contudo, é fundamental prestar atenção e fazer os cálculos para saber o quanto realmente a empresa está pagando por esse direito”, afirma o coordenador-geral do Sindieletro, Marcelo Correia.

Também é importante

ressaltar que essa conquista continua fazendo parte do Acordo Coletivo de Trabalho dos eletricitários. O fim do anuênio para os novos trabalhadores estava condicionado ao reconhecimento pelo Ministério Público do Trabalho do Acordo para o fim da terceirização da atividade-fim, o que não ocorreu no prazo estipulado. Portanto, o anuênio continua no ACT para todos os trabalhadores.

Setoriais

Na semana passada, os diretores do Sindieletro realizaram reuniões setoriais na Cidade Industrial, Jatobá, Anel Rodoviário e em todas as Regionais. As maiores dúvidas dos trabalhadores são quanto a fórmula de cálculo e o futuro do anuênio.

“Independente da posição de vender ou não o anuênio a categoria deve estar consciente que daqui há alguns meses vamos começar uma nova Campanha Salarial. O que a Cemig quer é transformar uma das categorias mais organizadas em trabalhadores pré-pagos”, critica o diretor de Formação e Comunicação, Marcelo Borges.

Para saber qual o cálculo que a Cemig fez do montante dos anuênios, basta dividir o valor da indenização pelo índice da tabela de acordo com o tempo a indenizar informado.

Exemplo:

Valor da Indenização: R\$ 15.000,000

Tempo a Indenizar: 10 anos

Montante=15.000,00/0,4444 (44,44% na tabela abaixo)= R\$33.750,08

Tabela de cálculo dos descontos proposta pela Cemig

Tempo Restante para aposentadoria	Taxa de Desconto 12% ao ano	Taxa de Atratividade oferecida	Percentual que Cemig propõe pagar
1	88,00%	76%	66,88%
2	82,72%	76%	62,87%
3	77,86%	76%	59,18%
4	73,39%	76%	55,78%
5	69,27%	76%	52,64%
6	65,46%	84%	54,99%
7	61,95%	84%	52,04%
8	58,70%	84%	49,31%
9	55,69%	84%	46,78%
10	52,91%	84%	44,44%
11	50,33%	86%	43,28%
12	47,93%	86%	41,22%
13	45,70%	86%	39,31%
14	43,63%	86%	37,52%
15	41,70%	86%	35,87%
16	39,91%	87%	34,72%
17	38,23%	87%	33,26%
18	36,66%	87%	31,89%
19	35,19%	87%	30,62%
20	33,82%	87%	29,43%
21	32,54%	78%	25,38%
22	31,33%	78%	24,44%
23	30,20%	78%	23,56%
24	29,13%	78%	22,72%
25	28,13%	78%	21,94%
26	27,19%	62%	16,86%
27	26,30%	62%	16,31%
28	25,46%	62%	15,79%
29	24,67%	62%	15,29%
30	23,92%	62%	14,83%
31	23,21%	28%	6,50%
32	22,53%	28%	6,31%
33	21,90%	28%	6,13%
34	21,29%	20%	4,26%
35	20,71%	20%	4,14%

DIREITOS DESADQUIRIDOS



Outros aspectos da venda do anuênio

- Os trabalhadores poderão ter aumentos reais por produtividade, mérito e promoções que teriam reflexos no cálculo, mas que não estão sendo levados em conta na proposta da Cemig;

- As PRs extraordinárias, que têm sido pagas sobre a remuneração, também sofrerão perdas;

- Apesar do RH dizer que não haverá desconto do Imposto de Renda, pode ha-

ver interpretação contrária por parte da Receita Federal, o que fatalmente irá impor prejuízos para os trabalhadores, já que a empresa não assume o risco;

- Vários trabalhadores estão presos ao limite de idade do Plano A da Forluz (55 anos), e irão trabalhar além dos 35 anos que também não entraram nos cálculos;

- Caso ocorram mudanças na aposentadoria (existem propostas de estabelecer uma ida-

de mínima de 60 anos ou mais) o prejuízo será ainda maior para os trabalhadores;

- O adicional de periculosidade também está sendo questionado na Justiça para que sua incidência seja sobre a remuneração, isso implicaria em mudanças no cálculo do montante a ser pago;

- Haverá perdas nas horas extras e sobreavisos que são pagos sobre a remuneração.

Lúcio Guterres é eleito presidente da CUT em Minas

O diretor do Sindieletro e atual vice-presidente da CUT, Lúcio Guterres, foi eleito presidente da Central em Minas com mais de 70% dos votos. A eleição da nova diretoria foi realizada no 9º Congresso Estadual da CUT, realizado no Sesc Venda Nova, no último final de semana. Duas chapas participaram do processo, que reuniu 450 delegados de todo o estado. Lúcio vai assumir a presidência da CUT-Minas pela segunda vez.

Para ele, que cumprirá mandato de três anos, os dois últimos encontros da CUT mostraram a evolução dos Congressos com a superação de dúvidas e falhas registradas anteriormente. “Além disso, este ano tivemos muita gente nova e uma delegação muito interessada nos

debates, o que mostra a renovação das lideranças do movimento sindical em Minas”, analisa.

Guterres também avalia positivamente as conclusões do Congresso, com destaque para o Plano de Lutas, que encampa desafios para a sua gestão, como o fortalecimento dos sindicatos e da própria CUT. A Central em Minas reúne 320 entidades e representa cerca de 2 milhões de trabalhadores. Agora, a meta é ampliar ainda mais o nível de representação.

“Trabalharemos por uma CUT mais presente nas bases e nas lutas, fortalecendo o debate na imprensa sindical, alternativa e na grande imprensa. Também investiremos na unificação das campanhas salariais em torno de grandes lutas dos trabalhadores, envolvendo a sociedade



Eleição de Lúcio Guterres dará novo rumo para a CUT Minas

civil organizada, e iremos buscar a unidade na luta com outras centrais em questões importantes para a classe trabalhadora”, explica.

Decisões do Congresso

O 9º Congresso apontou a necessidade de sustentação ao projeto político democrático para o país com uma agenda unificada de reivindicações e mobilizações. Para isso, será feito um balanço e uma crítica coletiva ao governo Lula – envolvendo outras centrais e entidades da sociedade civil – e será produzida uma carta para nortear o segundo governo de Lula, reafirmando as demandas dos trabalhadores por emprego, salário e educação. Também será construído um grande movimento para fortalecer a esquerda nas eleições de outubro.

Os delegados sindicais deliberaram sobre a necessidade de maior reação ao cenário político em Minas. “A CUT intensificará as denúncias e questionamentos sobre a postura autoritária do governo do Estado, que governa através de propaganda e do controle da mídia. Hoje a grande imprensa só repercute a fala do Palácio da Liberdade e a sociedade organizada não pode contar com espaços na mídia”, avalia o novo presidente da CUT.

A CUT deve também dar maior visibilidade ao acirra-

Trabalhadores de Furnas serão representados pelo Sindieletro

Categoria insatisfeita com a atuação do Sindefurnas se alia ao Sindieletro para lutar pela extensão de base que irá garantir a representação

O Sindieletro continua lutando para ter o direito legal de representar definitivamente os trabalhadores de Furnas. No último dia 20 de abril, a categoria decidiu, por unanimidade, que o Sindieletro deve ser a entidade responsável pela defesa de seus interesses. A assembleia foi realizada na cidade de São José da Barra e contou com a presença de 42 pessoas. A questão agora está nas mãos do Ministério do Trabalho, que deverá implementar de fato a extensão de base.

Os próprios trabalhadores de Furnas procuraram o

sindicato para solicitar que a entidade os representasse. Na verdade, eles estavam bastante insatisfeitos com o Sindefurnas que, segundo eles, tinham políticas questionáveis, não realizavam assembleias para deliberação de questões importantes e tomavam decisões de “gabinete”. “A extensão da base será muito importante para estes trabalhadores, que agora poderão contar com um diálogo constante, que embasará todas as tomadas de decisões”, avalia Wilian Wagner, coordenador da regional Metalúrgica.

O Sindieletro tentou realizar a mesma assembleia no

mês de março deste ano, mas foi impedido por uma liminar impetrada pelo Sindefurnas, que ainda reivindica a representação destes trabalhadores. Ainda em 2006, o sindicato entrou na Justiça para ter o direito de receber a contribuição sindical dos trabalhadores de Furnas, nas cidades de Fronteira, Planura, Itutinga, Arapoá, e Belo Horizonte, pois estas bases constam na carta sindical do Sindieletro. “Vale lembrar que a parte deste imposto que nos cabe é devolvida aos trabalhadores”, destaca Celso Primo, diretor da regional Oeste.



Sexta do Samba

Na próxima sexta-feira, dia 12, a partir das 20h, o Sindieletro irá realizar uma roda de samba com o grupo Auto Estima.

O bar do sindicato estará vendendo cerveja e tira-gostos a preço de custo. Não deixe de comparecer e prestar essa homenagem ao nosso companheiro Xisto, um dos maiores incentivadores do samba de raiz em Belo Horizonte.

Sexta-feira, dia 12, à partir das 20h
Sindieletro

Rua Mucuri, 271,
bairro Floresta

Entrada Franca

mento da violência contra lideranças dos movimentos populares e sindicais. Lúcio Guterres avalia que a truculência usada pela Cemig contra o Sindieletro acontece em outras categorias com perseguição, espancamento, humilhação e criminalização de dirigentes sindicais. “Vamos revigorar a campanha ‘Em Minas não se Respira Liberdade’, mostrando a violência de policiais, jagunços, patrões e latifundiários contra lideranças dos trabalhadores, com denúncias para todo o Brasil e junto às instituições internacionais, dentre elas, a Organização das Nações Unidas (ONU)”, antecipa.